

LEI Nº 4.677
DE 16 DE OUTUBRO DE 2025

(Projeto de Lei nº 307/2025 – Autor: Prefeito Municipal)

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.641, DE 26 DE AGOSTO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE REDENOMINAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO SANTOS, Prefeito Municipal de Santos, faço saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão realizada em 23 de setembro de 2025 e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI Nº 4.677

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 2.641, de 26 de agosto de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CONDEFI, vinculado à Secretaria Municipal da Mulher, da Cidadania, da Diversidade e dos Direitos Humanos, é órgão deliberativo, consultivo, normativo e fiscalizador das ações voltadas à política de atendimento e defesa das pessoas com deficiência no Município de Santos, sendo reconhecido como instrumento para assegurar o cumprimento do disposto no item “3” do artigo 4º da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.”

Art. 2º Fica acrescido inciso XV ao artigo 5º da Lei nº 2.641, de 26 de agosto de 2009, com a seguinte redação:

“Art. 5º [...]

XV – atuar em conformidade com a Lei na Gestão do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência.”

GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º Fica alterado o “caput” do artigo 6º da Lei nº 2.641, de 26 de agosto de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º** O CONDEFI será integrado por 31 (trinta e um) membros:”

Art. 4º Fica alterada a alínea “c” do inciso VI do artigo 6º da Lei nº 2.641, de 26 de agosto de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º** [...]
VI – [...]
c) deficiente intelectual;”

Art. 5º Ficam acrescidas alíneas “e” e “f” ao inciso VI do artigo 6º da Lei nº 2.641, de 26 de agosto de 2009, com a seguinte redação:

“**Art. 6º** [...]
VI – [...]
e) transtorno do espectro autista;
f) múltiplas.”

Art. 6º O parágrafo 4º do artigo 6º da Lei nº 2.641, de 26 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º** [...]

§ 4º As entidades a que aludem os incisos II, III e IV deverão ser constituídas na forma da Lei e ter sede em Santos, assim como os representantes a que aludem os incisos V e VI devem ter residência nas regiões que representam e no Município, respectivamente, durante todo o mandato, sob pena de perda do mesmo.”

Art. 7º O parágrafo 1º do artigo 9º da Lei nº 2.641, de 26 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 9º** [...]

GABINETE DO PREFEITO

§ 1º O procedimento de exclusão e as justificativas de faltas serão definidas no Regimento Interno.”

Art. 8º A eleição dos representantes dos segmentos das pessoas com deficiências múltiplas e transtorno do espectro autista para o período de mandato em curso, na data da entrada de vigência desta Lei, será de 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 16 de outubro de 2025.

ROGÉRIO SANTOS

Prefeito Municipal

Registrada no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de outubro de 2025.

NATÁLIA LUCENA DOS SANTOS

Diretora do Departamento